

Eleitor mostra a parlamentar que reajuste é absurdo

BRASÍLIA — Pressionados por telegramas de eleitores indignados com o reajuste de 60% nos seus salários, os líderes de todos os partidos pediram aos presidentes do Senado, Humberto Lucena, e da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, que não apliquem o novo índice. "O senhor, por favor, respeite o povo", telegrafou de Muriaé (MG) um eleitor do líder do PMDB no Senado, Ronan Tito. Iguais a este, chegaram outros 78 telegramas à mesa do senador.

Numa manobra parlamentar, a liderança do PMDB no Congresso impediu quinta-feira que fosse aprovado um projeto previamente acertado entre os líderes, para que deputados e senadores não se beneficiassem do aumento geral de 60% nos salários do funcionalismo público federal, proposto pelo governo ao Congresso. Assim, em janeiro, senadores e deputados, mesmo tendo sido aumentados há duas semanas, passam dos atuais Cz\$ 4,7 milhões para Cz\$ 7,6 milhões.

Agora, Lucena e Ulysses têm até o dia 22, quando é feita a folha de pagamento, para baixar um ato conjunto freando o aumento. O líder do PDT,

Vivaldo Barbosa (RJ), disse que Ulysses prometeu acatar o pedido dos deputados e senadores. "Estou muito contente com meu salário líquido de Cz\$ 2,48 milhões. Além do mais, a partir de janeiro não pagarei 45% de Imposto de Renda e sim 25%", disse Tito, que na noite de quinta-feira orientou o catarinense Nelson Wedekin (PMDB) a pedir verificação de quórum, o que garantiu o reajuste de 60%. Ele levou a Lucena o pedido de não-aplicação do reajuste.

Explicação — Tito explicou que pedira a verificação de quórum por ser, juntamente com outros pemedebistas, como o senador Severo Gomes, contrário ao corte de subsídios para a alimentação do trabalhador, à retirada dos subsídios para a formação de mão-de-obra e para a informática. "Votávamos um pacote só, com as mais variadas matérias. E aquela era a última sessão do Congresso. Não podíamos deixar de votar o reajuste de 60% para o funcionalismo, pois estaríamos prejudicando mais de um milhão de trabalhadores", justificou-se Ronan Tito.

De acordo com a Constituição de 5 de outubro, os parlamentares têm direito

ao mesmo reajuste concedido ao funcionalismo público em geral, assim como os magistrados, os procuradores da República, da Justiça Militar e do Trabalho, e os juizes de Direito, inclusive os substitutos. Ao perceberem que estavam dando a si mais 60%, os líderes Vivaldo Barbosa, Plínio Arruda Sampaio (PT) e Nelson Friedrich (PSDB), foram ainda na quinta-feira à noite a Ulysses Guimarães e lhe sugeriram que não concedesse o reajuste. "Corremos o risco de ficar desmoralizados", disse Vivaldo.

No Senado, o líder do PSDB, Fernando Henrique Cardoso, apresentou projeto de decreto legislativo — aprovado de madrugada — que veta o reajuste no Congresso. Mas este decreto ainda terá que passar pela Câmara dos Deputados, que só volta a se reunir em fevereiro, e não tem valor prático por enquanto. Ao pedir que votassem em seu decreto legislativo, Fernando Henrique disse que, além de reajustados há 15 dias, os salários dos parlamentares não tinham sofrido a mesma deterioração que os dos servidores públicos. "É inadmissível conceder aumento real de 60% para os congressistas", afirmou.